



**Relatório da Reunião do Conselho de Reconhecimento de Saberes e Competências
Ministério da Educação – 16/10/2013**

Pauta:

- 1) Edital de avaliadores da RSC.**
- 2) Definição dos percentuais de pontuação para a percepção da RSC**

Edital de avaliadores da RSC. O Sinasefe iniciou a reunião questionando a necessidade do docente EBTT ser estável para ser avaliador do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) tal como constava na minuta de edital apresentada pelo Conif. O questionamento do Sinasefe foi no sentido de evitar nova discriminação para o docente que está em estágio probatório, já penalizado pela atual desestruturação de nossa carreira. Além disso, se argumentou que qualquer docente EBTT ao estudar os regulamentos emitidos por esse Conselho e pela Ife em específico terá plenas condições de ser um avaliador. Nessa questão, os representantes do governo se posicionaram no sentido de que o avaliador deveria ter experiência na EBTT, mantendo a palavra estável no edital. A argumentação do Sinasefe ganhou apoio de outros conselheiros e fez com que o governo retirasse sua proposta. Assim, qualquer docente EBTT seja estável ou não, sem exigência de títulos, poderá ser avaliador para o RSC.

Porém o pior estava por vir. O governo surpreendeu negativamente a reunião ao afirmar que não poderia remunerar os avaliadores tal como constava na minuta do edital apresentada pelo Conif. Além disso, não apresentou proposta alguma nesse sentido. O Sinasefe pressionou o governo para que apresentasse uma proposta, porém o governo reafirmou que não tinha proposta alguma para remunerar os avaliadores. O problema é que desde o início das reuniões do conselho, essa questão era ponto pacífico, ou seja, nunca se cogitou não remunerar os avaliadores. Devido ao descontentamento do Sinasefe, o governo argumentou que outras avaliações como bancas de mestrado, doutorado, professor titular, etc não são remuneradas. Assim como afirmou que no início os avaliadores para reconhecimento de cursos superiores também não eram remunerados e que isso nunca inviabilizou os processos. Dessa forma, transparece claramente que o governo pretende lançar o edital de avaliadores de RSC e espera que os docentes EBTT se engajem voluntariamente, como se isso fosse apenas mais um encargo de sua carga horária normal de trabalho. O Sinasefe argumentou que há uma diferença simbólica em ser avaliador de mestrado, doutorado, etc e ser



avaliador para o RSC, pois os primeiros atribuem prestígio acadêmico a quem deles participa, o que não tem o mesmo peso no caso do RSC. O Sinasefe afirmou que a não remuneração dos avaliadores pode inviabilizar o processo e atrasar ainda mais a concessão da RSC aos docentes, cobrou ainda que se o problema exige uma lei específica, então que o governo atue no sentido de fazer passar essa lei no Congresso Nacional. Ao final, o Sinasefe cobrou do Conselho um posicionamento favorável ao pagamento do avaliador de RSC. Porém o governo, se esquivando desse compromisso, não quis que o conselho se posicionasse sobre o pagamento dos avaliadores e contou com a maioria dos conselheiros para que o reconhecimento da necessidade de remunerar os avaliadores não fosse deliberado.

Definição dos percentuais de pontuação para a percepção da RSC. A segunda parte da reunião debateu sobre a obrigatoriedade de percentual mínimo de pontos para a obtenção da RSC. Sobre esses percentuais, o Sinasefe sempre se posicionou favorável que os docentes mais antigos na rede tivessem uma avaliação diferenciada, que a avaliação passasse mais por critérios qualitativos e não percentuais. Porém, a quantificação sempre foi uma marca deste Conselho, o que nos levou sempre a defender um percentual mínimo de 50%. Na defesa dos docentes mais antigos da rede, o Sinasefe nunca encontrou apoio do Proifes que sempre se posicionou contrário a qualquer avaliação diferenciada, o que dificultou muito nossa defesa de que não se pode avaliar igualmente docentes que passaram por diferentes exigências em suas carreiras. Nessa reunião, o Conif incorporou as argumentações do Sinasefe e apresentou uma proposta que previa essa avaliação diferenciada cujo princípio conceitual foi logo apoiado pelo Sinasefe que, assim, procurou melhorá-la em alguns pontos. Porém, tanto governo quanto o Proifes não apoiaram a proposta apresentada pelo Conif e defendida pelo Sinasefe, o que a inviabilizou no Conselho. O representante do Conif ao perceber que sua proposta não encontrava eco no governo resolveu retirá-la, porém o Sinasefe argumentou que a proposta avançava em pontos sempre defendidos por esse sindicato nesse Conselho e que estávamos dispostos a continuar defendendo a incorporação de diferenças na avaliação dos mais antigos. Na questão dos percentuais mínimos para a concessão do RSC, o governo que a princípio propunha que o docente teria que realizar uma pontuação igual ou superior a 80% dos pontos possíveis dentro da RSC pretendida negociou com o Proifes para apresentar uma proposta de 60% e afirmou que se não houvesse consenso passaria a defender um percentual de 70%. O Sinasefe adaptou a tabela apresentada pelo Conif que contemplava a diminuição gradativa de exigências para



os docentes antigos à sua proposta e a apresentou ao Conselho. Algumas entidades presentes simpatizaram com a proposição do Sinasefe embora as provocações de representantes do Proifes que tentaram desqualificá-la. Como existiam três proposições, governo e Proifes procuraram transformar suas duas propostas em uma apenas, o Proifes aumentando sua proposta de percentual mínimo de 50% para 60% e o governo baixando de 70% para 60%. O fato novo foi que o governo retirou seu modelo de tabela anexa que se encontrava no final da minuta em discussão. Nesta tabela, cada item valia de 0 a 100, de modo que só com muita dificuldade um docente poderia alcançar 100 pontos em um item, assim, seria quase impossível chegar a 60%, 50% ou mesmo 30% da pontuação total em qualquer nível. Com a retirada desta tabela, fato que atribuímos à pressão feita pelo Sinasefe, a proposição feita por governo/Proifes de que era necessário ao docente conseguir 60% da pontuação total, sendo que 60% desta pontuação deveria ser no nível de RSC pretendido se aproximou da proposta do Sinasefe, pois significava 2,1 itens no RSC III, 2,8 no RSCII e 2,3 no RSC I. Poderíamos ainda assim ter mantido a proposição que sustentávamos e ainda contávamos com o apoio de pelo menos duas entidades além do Sinasefe. Mas aceitamos consensuar na proposta do governo (que já de alguma forma nos atendida) com a condição de que fosse garantido pelo governo que haveria pontuações diferenciadas para os docentes mais antigos, no que fomos atendidos. O Conselho será convocado novamente em meados de novembro.

Conselheiros do SINASEFE presentes: Fabiano Faria e Rodrigo Belinaso.